

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	5
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	6

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Comentários dos Diretores sobre:

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2017 mostrou forte crescimento no setor automotivo, mas com forte concentração nas exportações. Com as frequentes suspensões das assembleias gerais de credores, o Plano de Recuperação Judicial da Wetzel só teve a homologação de sua aprovação no final de julho. Por essa razão a Wetzel não conseguiu aproveitar a onda de exportações que ocorreu nos segmentos de veículos, pois seus principais clientes temiam pela fragilidade jurídica da Wetzel antes da aprovação do plano.

Diante desse quadro desfavorável, o nível de faturamento da Wetzel apresentou-se estável em relação ao período exatamente anterior, 2016.

Para 2018 a empresa projeta crescimento significativo em todas as unidades de negócios, geração de lucro e caixa operacional.

#### **Recuperação Judicial**

Em 03 de fevereiro de 2016 a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial.

Em 11 de fevereiro de 2016 o pedido foi deferido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, fato este publicado em 02/03/2016 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) em 15/06/2016.

A AGC – Assembléia Geral de Credores, convocada para 18/10/2016 não foi instalada por insuficiência de quórum qualificado; a AGC convocada para 22/11/2016 foi instalada com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.

Também foram suspensas a pedido de credores as AGC(s) datadas de 23/02/2017 e 25/04/2017, ambas em continuidade à AGC instalada em 22/11/2016.

Em 13/06/2017 foi efetuada a continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC), foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 em 28/07/2017.

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander), todos pendentes de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

**b) Estrutura de capital**

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

Desde a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial, datado de 03 de Fevereiro de 2016, a empresa vem honrando seus compromissos financeiros sem a captação de novos empréstimos bancários, fazendo-se valer apenas do desconto de duplicatas junto a FIDC(s) e descontos sacados diretamente nos bancos dos clientes como forma de adequar o descompasso do fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Além do desconto de duplicatas, a empresa negociou prazos de pagamento com vários fornecedores e clientes para financiar seu capital de giro.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Companhia não vem investindo em ativos permanentes, mas sim na manutenção dos equipamentos existentes.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5%aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	4.319	3.801	4.319	3.801
BRDE/BADESC		IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.548	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto		Libor + 3,30%aa	Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	13.740	9.706	13.740	9.706
Leasing		1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	-	171	-	171
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	17.960	14.934	17.960	14.934
Prodec II		Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.		-	-	3.711	8.580	3.711	8.580
ACC		VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas		1,98%am	Duplicatas	1.844	803	1.844	803
Conta Garantida		1,95%am	Aval / Duplicatas	-	1.041	-	1.041
Leasing		VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
<b>Total do Circulante</b>				<b>55.401</b>	<b>52.863</b>	<b>57.346</b>	<b>54.808</b>
Não Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.406	5.908	3.406	5.908
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	608	2.824	608	2.824
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	5.895	8.974	5.895	8.974
Financ. Direto com Fornec.		-	-	4.291	3.828	4.291	3.828
<b>Total do Não Circulante</b>				<b>14.200</b>	<b>21.534</b>	<b>14.200</b>	<b>21.534</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
Por Data de Vencimento				Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em até 6 meses				55.040	46.721	56.985	48.666
De 6 meses a 1 ano				4.637	6.141	4.637	6.142
De 1 a 2 anos				4.920	8.791	4.920	8.790
De 3 a 5 anos				4.481	11.400	4.481	11.400
Acima de 5 anos				523	1.344	523	1.344
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
Por Tipo de Moeda				Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$				64.446	69.242	64.446	69.242
Dólar Norte-Americano - US\$				5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR				-	-	1.945	1.945
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
				Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas Pré-Fixadas				30.259	34.631	30.259	34.631
Taxas-Pós Fixadas				39.342	39.766	41.287	41.711
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo Inicial</b>	74.397	76.151	76.342	78.719
Captação de Empréstimos e Financiamentos	12.352	6.321	12.352	6.321
Transferências Partes Relacionadas	-	1.925	-	1.925
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)
Transferências Partes Relacionadas	-	(94)	-	(94)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826
<b>Saldo Final</b>	<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Vide demonstrativo acima. Com exceção do item “Duplicatas Descontadas” os demais valores referem-se a dívidas assumidas antes do pedido de recuperação judicial.

**III. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

**IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Nos contratos de financiamento em vigor, não existem cláusulas e condições significativas que possam causar restrições e/ou limitações na gestão da Companhia.

**g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Todos os limites de utilização dos financiamentos contratados já foram utilizados em sua plenitude. Após o pedido de recuperação judicial nenhuma instituição financeira abriu novos limites de crédito para a Companhia.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**I. A Receita Operacional Líquida** consolidada totalizou R\$ 121,6 milhões, mostrando-se alinhada em relação ao ano anterior (R\$ 121,6 milhões). O mercado automotivo cresceu basicamente em exportações, onde o adiamento da aprovação do Plano de Recuperação Judicial inviabilizou a empresa em atuar nesse nicho de mercado.

**II. O Custo dos produtos vendidos** foi de 94,4% sobre a receita líquida, contra 91,3% obtido em 2016, representando um aumento de 3,1 pontos percentuais. A estagnação nas vendas impossibilitou qualquer tentativa de repasse de custos aos preços no ano de 2017.

**III. O resultado da atividade** foi de R\$ 18,3 milhões negativos, uma piora de R\$ 5,1 milhões em relação a 2016, quando atingiu o valor de R\$ 13,2 milhões negativo.

**IV. O resultado operacional antes do resultado financeiro** foi de R\$ 15,9 milhões negativos, uma redução de R\$ 17,1 milhões em relação a 2016 quando atingiu o valor

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

de R\$ 1,2 milhões positivo. Contudo, se expurgado o efeito de reavaliação de propriedades para investimento, ocorrida no ano de 2016 no montante de R\$ 12,1 milhões, essa diferença cai para R\$ 5,0 milhões.

**V. No resultado líquido do exercício consolidado** foi apurado lucro de R\$ 6,4 milhões. No exercício de 2016 foi apurado R\$ 21,1 milhões de prejuízo. Isso se deve aos efeitos da adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, que teve efeito positivo de R\$ 37,8 milhões no resultado de 2017. Expurgando-se esse efeito, o resultado de 2017 seria de R\$ 31,4 milhões de prejuízo. Da mesma forma, expurgando-se o resultado da reavaliação das propriedades para investimento no ano de 2016, no montante de R\$ 12,1 milhões, o resultado ajustado de 2016 seria de R\$ 33,2 milhões. Portanto, comparando-se os resultados líquidos ajustados entre os dois períodos, a variação seria de R\$ 1,8 milhões favorável em 2017 em relação a 2016.

**VI. A geração de caixa operacional** pelo conceito EBITDA, a geração de caixa operacional atingiu R\$ 13,2 milhões negativos, representando -10,9% da receita operacional líquida do ano de 2017.

**VII. No Ativo Circulante destaca-se:** a redução de R\$ 2,0 milhões no saldo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa devido ao pagamento do valor mínimo (5%) do total do montante de impostos que foram aderidos ao PERT, no total de R\$ 39,7 milhões. Portanto, com R\$ 2 milhões (5%) foram quitados passivos tributários de R\$ 39,7 milhões (100%).

**VIII. No Ativo Não-Circulante** destaca-se a redução do imobilizado no valor de R\$ 6,4 milhões (depreciação e alienação de bem para pagamento de dívida RJ) e a redução de R\$ 6,4 milhões em Créditos Eletrobrás (também utilizado para pagamento dívidas da RJ), além da redução de Impostos Diferidos em R\$ 3,9 milhões.

**IX. No Passivo Circulante** houve uma reclassificação de dívidas de Longo Prazo para Curto Prazo no montante de R\$ 2,0 milhões e aumento de R\$ 1,1 milhões em Empréstimos e Financiamentos (aumento de descontos de duplicatas e/ou descontos sacados) redução na conta de Encargos Energia Elétrica de R\$ 3,0 milhões e redução de R\$ 23,2 milhões de Obrigações tributárias e Obrigações sociais, esses últimos, quitados com a adesão ao PERT.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**X. No Passivo Não-Circulante** destaca-se a reclassificação de R\$ 2,0 milhões para Passivo Circulante, aumento de R\$ 1,1 milhões em tributos diferidos.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. Comentários sobre:****a) Resultados das operações do emissor, em especial:****I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

Nas Unidades Ferro e Alumínio a Companhia possui parcela relevante de sua receita voltada para o segmento automotivo, em especial, para a linha de caminhões, e na Unidade Eletrotécnica são produzidos e comercializados produtos fundidos em alumínio e PVC voltados para aplicação em instalações elétricas industriais, os quais são vendidos para grandes distribuidores de materiais elétricos e instaladores em obras de engenharia.

**II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**

Afetaram significativamente os resultados da Companhia:

O aumento de custos sem aumento das receitas – tivemos aumentos de custos conforme contratos de fornecimento, de serviços e acordos coletivos, sem ter o respectivo crescimento no nível das vendas (receitas), já causando um impacto direto do Lucro Bruto. Esse descompasso entre Receita e Custo não pode ser absorvido pelas Despesas Operacionais, causando impacto direto no resultado da atividade.

O fator que mais contribuiu para a estagnação nas vendas foi a demora na aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, que só foi aprovado em Assembléia Geral de Credores no dia 13/06/2017 e homologado em juízo no dia 28/07/2017. Segundo informações dos principais clientes, a “insegurança jurídica” na continuidade dos negócios da Companhia levou-os a buscar uma segunda fonte de fornecimento como importações de produtos.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

A empresa não tem por regra a contratação de hedging cambial ou derivativos financeiros, haja vista o baixo volume de exportações: apenas 9,5% do faturamento total apenas da Unidade de Negócios da Ferro, a qual está concentrada em itens de eletro-ferragens. Para produtos do mercado de autopeças existe a regra de repasse trimestral do aumento de matéria-prima, que é balisado pela L.M.E. – Bolsa de Metais de Londres e pela taxa R\$/ USD. Para a Mão de Obra aplicada, o repasse é anual, baseado no acordo coletivo da categoria. Nos demais componentes dos custos a negociação é feita caso a caso pelo Departamento Comercial com base no índice geral

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

de preços – IGP-m. No ano de 2017 o Departamento Comercial fez várias negociações com clientes visando a recomposição de margens de produtos.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Durante o ano de 2017 houve grande volatilidade na taxa cambial e na LME – London Metal Exchange, ambos componentes da formação do custo de aquisição da matéria prima da unidade Alumínio. Esses impactos já foram calculados e a área comercial já vem negociando com os clientes para repasse nos preços de venda de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional:**

No ano de 2017 não houve qualquer aquisição ou alienação de Unidades Produtivas Individuais – U.P.I.(s). Entretanto essa possibilidade não está descartada, caso venha a impactar positivamente na viabilidade econômica da empresa.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

No ano de 2017 não houve qualquer movimentação no sentido de busca por parceiros estratégicos. Contudo, da mesma forma que o item anterior, essa situação poderá vir a ocorrer caso isso traga a viabilidade econômica para a Companhia.

**c) Eventos ou operações não usuais:**

No ano de 2017, não tivemos nenhuma operação alheia aos objetivos normais do negócio da empresa.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Comentários sobre:****I - Mudanças significativas nas práticas contábeis:****a. Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a legislação brasileira vigente.

**b. Demonstrações Financeiras Consolidadas:**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe parcela de “lucro não realizado nos estoques” entre Controladora e Consolidado, não há diferenças no patrimônio líquido nem no resultado apurados entre Controladora e Consolidado. Portanto, a Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

**II - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Nada a destacar.

**III - Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**

A Auditoria Externa emitiu o relatório com ressalva informando que *“Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic – (Sistema*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais”.*

Adicionalmente foram colocadas três ênfases. A ênfase nº 1 trata-se da recuperação judicial da Wetzel que já foi mencionado na nota explicativa nº 34. A ênfase nº 2 apresenta que de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia encerrou o 4º trimestre de 2017 com um Passivo a Descoberto de R\$ 136.980 – controlada e R\$ 138.377 – consolidado. A ênfase nº 3 trata da descontinuidade das operações da controlada “Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda”, onde a base de preparação das demonstrações financeiras partiu do pressuposto de liquidação de ativos e passivos da mesma.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

Nada a destacar.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Contingências trabalhistas adicionais que não exigem constituição de provisão, conforme normas legais.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

**b) natureza e o propósito da operação**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Previsão de aquisições de centros de usinagem e máquina de baixa pressão para atender às demandas dos novos produtos nomeados de clientes, os quais somados deverão atingir o montante de R\$ 5 milhões no ano de 2018.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos:**

Necessidades de investimentos em 2018 deverão ser realizados com recursos próprios provenientes da geração de caixa das operações. Descompassos no Fluxo de Caixa deverão ser cobertos com descontos de títulos a vencer (desconto de duplicatas e antecipação de sacados), além de arrendamento mercantil de equipamentos.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

Para restaurar a saúde financeira da companhia existe a possibilidade de alienação parcial ou total de uma ou mais unidades de negócio – UPI (s) – Unidades Produtivas Individuais, bem como a alienação de propriedades para investimento como forma de pagamento de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Nada a declarar.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:**

Nada a declarar.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços:**

Nada a declarar.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****iii: projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Unidade de Negócios Eletrotécnica iniciará em 2018 a comercialização da luminária industrial “high bay” que foi desenvolvida durante o ano de 2017. Além disso, vem intensificando a comercialização de outros itens com aplicações em LED, como projetores e linha EXD (à prova de explosão).

**iv: montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços:**

Devido a imaterialidade dos custos com desenvolvimento desses produtos, não foram contabilizados em conta específica de P&D (pesquisa e desenvolvimento).

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Em 2017 foi lançado o programa SWP – Sistema Wetzel de Produção, sistema que comportará todos os programas de controles e melhorias de processo das fábricas tais como: Kaizen, O.E.E. e células-padrão de produção.